

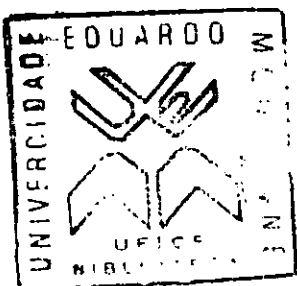
ATO-02

2001

**HOMENS E MULHERES NAS ESTRADAS:
RELAÇÕES DE GÉNERO NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO E
MANUTENÇÃO DE ESTRADAS**
(Estudo de Caso no Distrito do Alto-Molocué)



Projecto de Investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane



Por
Filipa Mariano Gouveia

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

Maputo, Fevereiro de 2001

UE.M. - UFICS
R. E. 4612
DATA 20/02/05
AQUISIÇÃO oferta
COTA ATO-02

**Universidade Eduardo Mondlane
UFICS**

**HOMENS E MULHERES NAS ESTRADAS:
RELAÇÕES DE GÉNERO NO PROGRAMA DE
REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS
1992-2000**

(Estudo de Caso no Distrito do Alto-Molocué)

Por

Filipa Mariano Gouveia

**Projecto de Investigação apresentado em cumprimento parcial dos
requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em
Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane**

Orientadora: Dr^a. Maria José Arthur

Co-Orientador: Prof. Dr. Rafael da Conceição

Maputo, Fevereiro de 2001

DECLARAÇÃO

Declaro que este Projecto de Investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar agradecer ao Programa Mulher, ao Centro dos Estudos Africanos e a Cooperação Italiana por terem financiado a realização deste trabalho. Quero igualmente agradecer, e de um modo muito especial, a Dr^a. Maria José Arthur, minha supervisora, e ao Prof. Dr. Rafael da Conceição pela orientação metodológica.

À Administração Nacional de Estradas pelo seu apoio, à ECMEP da Zambézia e a todos os seus trabalhadores, em especial o Eng. Walter pelo seu apoio no fornecimento de dados, aos trabalhadores da brigada de Vacha, e a todos os entrevistados que tornaram possível a obtenção dos dados aqui apresentados, os meus sinceros agradecimentos.

Quero aqui deixar expresso os meus agradecimentos a todos os meus professores a quem devo a minha formação. À Dr^a. Terezinha da Silva, por me ter encorajado na escolha do tema, à todos os meus colegas, às minhas colegas que me ajudaram nesta reflexão, o meu muito obrigado.

À Zaida Pico, Eurico Romão e suas famílias que me receberam nas suas casas, pelo ambiente acolhedor que me foi proporcionado, vai a minha especial gratidão. À minha mãe, ao meu tio Conde, à minha família e aos meus amigos não quero deixar de expressar o meu reconhecimento por me terem, sempre, encorajado durante estes anos de estudo.

Finalmente, não quero deixar de agradecer a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível, mas que aqui não foram mencionados, o meu muito obrigado.

RESUMO

A participação de mulheres no Programa de Construção e Manutenção de Estradas com o uso intensivo de mão-de-obra, é uma tentativa de pôr em prática as políticas do governo, no sentido de incorporar a componente género nos programas de desenvolvimento em Moçambique.

Este programa surge para responder aos grandes problemas de intransitabilidade nas estradas rurais em Moçambique, cujo objectivo é reabilitar estradas sem custos muito elevados, aumentando, ao mesmo tempo, os rendimentos nas zonas rurais através da contratação de mão-de-obra local.

O presente trabalho tem por objectivo, analisar até que ponto o envolvimento de mulheres na construção de estradas pode trazer mudanças na divisão sexual do trabalho, e que influências as práticas adoptadas neste programa têm na estrutura existente.

Parte-se do princípio de que o facto de homens e mulheres realizarem o mesmo tipo de tarefas nas obras, a longo prazo, pode desestruturar a divisão sexual de trabalho tradicional, e construir novas formas de organização de trabalho.

A experiência da implementação deste programa na brigada de reabilitação de Vacha, no distrito do Alto-Molocué, província da Zambézia, serviu de base para a colheita de dados empíricos. A observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e a recolha de trajectórias de vida, foram as técnicas usadas nesta recolha.

Conclusões preliminares demonstram que as novas práticas são manipuladas, como estratégias de vida. A nova divisão sexual de trabalho é reapropriada pelas comunidades em função das necessidades. A adopção de novas práticas não implica rejeição das já existentes, é que elas às vezes coabitam fazendo uma espécie de síntese cultural.

ÍNDICE:

1. Introdução	1
2. O PRME como estratégia do governo para implementar políticas de género	9
3. Objectivos	12
4. Revisão Bibliográfica	12
5. Conceptualização	16
5.1. Género como categoria de análise	16
5.2. Divisão Sexual do trabalho	20
6. A experiência do PRME no distrito do Alto-Molocué	25
6.1. Breve descrição do distrito de Alto-Molocué	25
6.2. O mercado de trabalho no distrito	26
6.3. Homens e mulheres como colegas de trabalho nas brigadas ...	27
6.4. O processo de recrutamento	28
6.5. Estrutura, organização e trabalho na brigada	30
6.6. Família como um grupo de trabalho	34
7. Problemática	
Integração de mulheres no PRME, ruptura ou continuidade?	36
8. Hipóteses	39
9. Metodologia	41
10. Bibliografia	44
Abreviaturas	
Anexos - Lista de entrevistados	

1. Introdução

O presente texto, proposta para um projecto de investigação que se pretende mais profundo e desenvolvido, é resultado de um questionamento sobre o efeito da introdução de novas práticas em projectos de desenvolvimento nas zonas rurais em Moçambique nos últimos nove anos (1992-2000). O Programa de Reabilitação e Manutenção de Estradas (PRME) com o envolvimento de mulheres é uma tentativa de pôr em prática as políticas do governo no sentido de incorporar a perspectiva de género nos programas de desenvolvimento em Moçambique.

Neste trabalho e com o sentido de dissipar equívocos quanto ao uso do conceito de género, entendemos por relações de género o conjunto de normas, valores, expectativas de papéis, regras e convenções socialmente construídas, que definem o terreno onde o género feminino e masculino fazem as escolhas (Meena: 1992, 72), como também enfatiza Scott (1988: 55) quando afirma: "...by gender I mean not simply social roles for women and men, but the articulation in specific contexts of social understanding of sexual difference ...".

Com o fim de se alcançar um equilíbrio da participação de homens e mulheres no processo de desenvolvimento, têm sido adoptadas várias estratégias regionais e internacionais, contra a discriminação das mulheres, enraizada nas estruturas sócio-culturais, educacionais e ocupacionais. As conferências internacionais sobre a mulher são exemplo desta tentativa de construir modelos solidários de relações entre homens e mulheres. A primeira Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre a Mulher foi em 1975 no México, durante o Ano Internacional da Mulher; a década 1976/85 foi declarada a Década das Nações Unidas para a Mulher; a segunda conferência realizou-se em 1980, em Copenhaga, a terceira teve lugar em 1985 em Nairobi e a quarta em 1995, em Beijing (Casimiro:1997, 4).

A premissa para a introdução de uma abordagem de género nos projectos de desenvolvimento, parte do princípio de que este só pode ser alcançado se uma perspectiva de género for considerada a todos os níveis dos programas: concepção, tomada de decisões, planificação e gestão.

A história da abordagem de "género" nos programas de desenvolvimento tornou-se mais evidente no início dos anos 90. Nos anos 70 a participação comunitária em projectos de desenvolvimento embora procurasse envolver tanto homens como mulheres, não contestava os quadros do poder dominante. Por exemplo, ao tomar o agregado familiar como unidade para o desenvolvimento, ignorava o modelo de dominação masculina o que fazia com que os homens aparecessem como os intermediários e beneficiários destas políticas (Omari: 1996, 5)

Nos anos 80 começa-se a falar da integração das mulheres no desenvolvimento (ISIS:1984,64), pois chegou-se à conclusão de que a sua fraca participação nos programas de desenvolvimento tinha um impacto negativo na qualidade de serviços em geral e na posição das mulheres no processo de desenvolvimento, em particular (Wijk & Francis:1997, 5).

Para resolver o problema, muitos projectos viraram o seu enfoque para a participação de mulheres em todas as fases dos programas, planeamento, manutenção e gestão dos projectos. É aqui que se introduz a perspectiva 'Woman in Development'(WID)¹, que surge duma compreensão de que as contribuições das mulheres no desenvolvimento estavam a ser ignoradas o que levava ao fracasso de muitos programas, porque apesar destes envolverem mulheres como principais beneficiárias, ignorava o poder dominante dos homens na tomada de decisões:

Como em muitas sociedades africanas e em outras, onde as hierarquias dominantes se constroem na base do género, as mulheres por si só não têm o poder de influenciar o comportamento dos homens ou dos mais velhos, sejam eles seus maridos, pais ou filhos adultos. Assim, um programa dirigido apenas à mulheres, resultava no fracasso. O controlo social dos homens e das mulheres mais velhas na família reduz o efeito do direccionamento do programa à mulheres mais novas. Por exemplo, na Tanzania, Egipto e Burkina Fasso, nos programas de gestão de água e saneamento direccionados à mulheres, estas sentiam-se incapazes de influenciar o comportamento masculino (Wijk

& Francis:1997). Outro exemplo é o de alguns programas de planeamento familiar que resultaram num fracasso, porque as mulheres se sentiam incapazes de tomar uma decisão no uso de contraceptivos (Flaherty,1989).

Nas sociedades onde a tradição atribui maior poder aos homens, há uma tendência de se marginalizar as mulheres no processo de desenvolvimento, como ilustra Omari (1996, 22) quando diz:

“in a patriarchal society where males dominate the decisions making process both at household and community levels, role assignments and expectations are according to the males perspectives”.

Quando se fez o balanço de alguns programas de desenvolvimento só dirigidos a homens ou só dirigidos a mulheres, constatou-se que estes não surtiam os efeitos desejados, uma vez que os dois enfoques levavam a projectos que se revelavam ineficientes, nos anos 90 começa-se a tomar em conta a abordagem de género, i.e., as relações entre homens e mulheres tomadas em consideração numa perspectiva relacional. Deixou de se falar de ‘Mulheres no Desenvolvimento’ para se falar de ‘Género e Desenvolvimento’ (GAD)² (Kabeer:1995,5). Esta perspectiva muda o foco da abordagem de mulheres como grupo, para as relações socialmente determinadas entre as mulheres e os homens. Assim, esta perspectiva enfatiza as forças sociais, económicas, políticas e culturais que determinam como é que homens e mulheres podem ter uma participação, benefício e controle dos recursos e das actividades.

Os planificadores dos projectos reconheceram enfim, que uma participação equilibrada de homens e mulheres é um elemento essencial no processo do desenvolvimento. No caso do PRME, com o uso intensivo de mão-de-obra, que pretendia um maior envolvimento da comunidade local como forma de aumentar os rendimentos dos agregados familiares, as mulheres não podiam estar excluídas do processo.

¹ A perspectiva Woman in Development.(WID) introduzida nos anos 70 pelas Agências das Nações emergiu para chamar atenção sobre importância da participação das mulheres no processo de desenvolvimento.

² Nos anos 90 deixa-se de falar da perspectiva foi a perspectiva WID e passa-se a falar da perspectiva “Gender and Development” (GAD).

No entanto, na primeira fase do PRME, houve uma tendência de direccionar às mulheres a parte mais doméstica do trabalho na obra, tal como a distribuição de água aos seus colegas homens e o confeccionamento de alimentos, o que de certa maneira limitava o número de mulheres a serem recrutadas. Foi necessário um trabalho de sensibilização para mostrar que o objectivo do recrutamento de mulheres não era o de elas fazerem o trabalho doméstico na obra, ou seja, transportar aquilo que é seu trabalho dentro na esfera doméstica para a esfera laboral, mas sim fazer com que elas, tal como os homens, realizem todo o tipo de tarefas.

O presente trabalho tenta analisar as relações que se estabelecem entre homens e mulheres nos trabalhos de construção e manutenção de estradas, que influências estas relações têm na divisão do trabalho na esfera doméstica. Parte-se do princípio que a introdução de elementos exteriores à cultura como, por exemplo, o facto da divisão sexual do trabalho nas estradas se organizar segundo moldes diferentes, pode trazer mudanças nas práticas já existentes, influenciando de alguma maneira, outras lógicas e instituições sociais.

Este tema despertou o meu interesse porque neste programa, uma das explicações que se dá para a fraca participação feminina é o factor cultural, segundo o qual as mulheres culturalmente não estão preparadas para realizar este tipo de trabalho. É neste âmbito que o presente trabalho se vai centrar na estrutura da divisão sexual do trabalho com o objectivo de analisar como esta nova relação de trabalho é encarada, tanto pelas mulheres como pelos homens. Que influências esta nova situação, em que mulheres têm de trabalhar ao lado dos homens, em tarefas que “tradicionalmente” são consideradas masculinas³, traz à estrutura já existente?

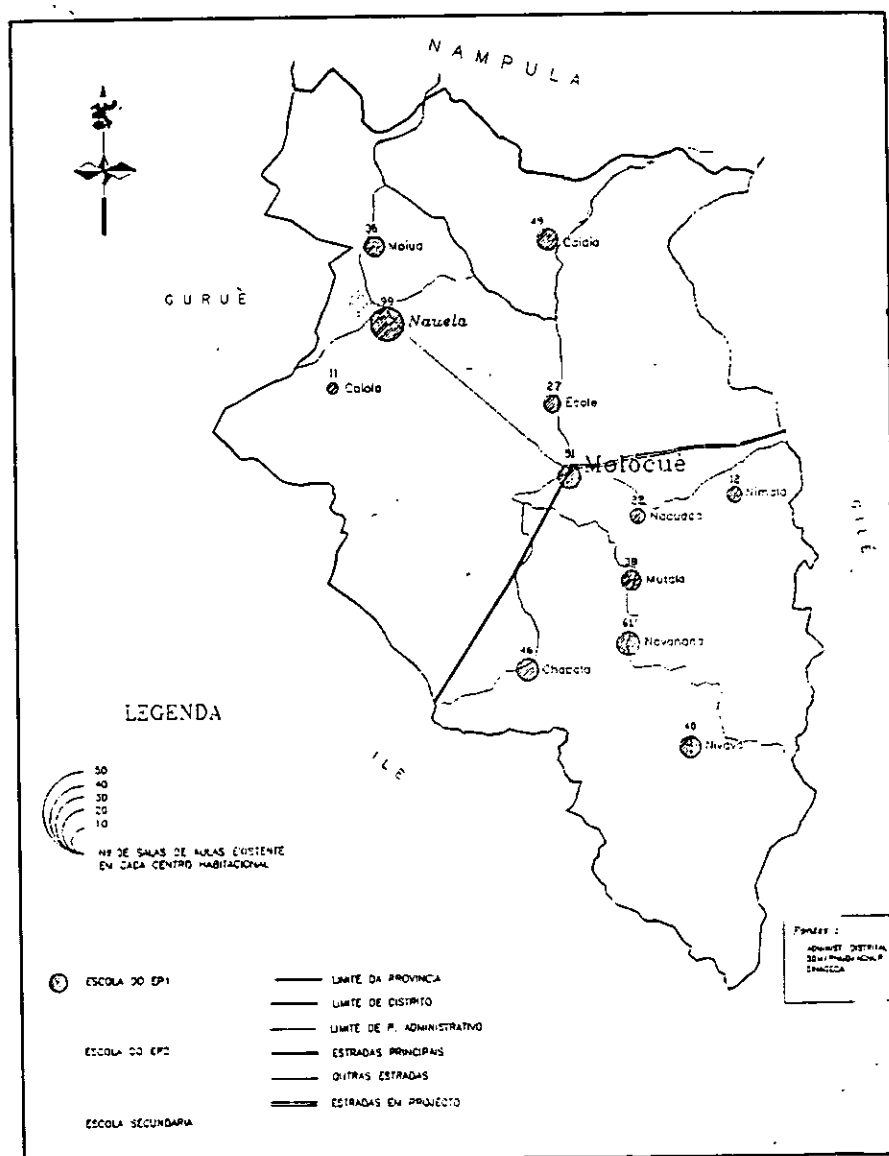
O trabalho de campo para o presente trabalho, foi realizado na brigada⁴ de reabilitação de Vacha no distrito de Alto-Molocué. Foi escolhida esta brigada porque ela se localiza

³ Há indicações de ter havido trabalho feminino na construção das estradas da Companhia da Zambézia no tempo colonial, mas por se tratar de trabalho forçado fica fora dos objectivos do presente trabalho não será aqui desenvolvido.

⁴ Uma brigada é constituída por um grupo de trabalhadores eventuais (que são recrutados ao longo da obra) e permanentes (que são os técnicos da ECMEP). O número de trabalhadores numa brigada varia, ente 20 a 250, de acordo com a obra a ser executada, de construção, reabilitação ou manutenção. Estes

numa estrada que apresenta as condições típicas para a implementação deste programa (vêr mapa 1). Consideramos condições típicas, quando a estrada preenche todos os requisitos para a aplicação de mão-de-obra intensiva na sua reabilitação. Esta estrada é importante porque faz a ligação entre duas províncias (Zambézia e Nampula), passa por zonas ricas em produtos agrícolas, que não podem ser comercializados por falta de vias de acesso; a sua extensão abrange uma região que foi extremamente afectada pela guerra; não existem recursos financeiros suficientes para se fazer uma reabilitação utilizando maquinaria ou para ser asfaltada (DER/ANE. 1999).

Mapa 1. Distrito de Alto Molocué (rede de estradas)



trabalhadores podem viver ou não num acampamento, dependendo da distância onde se localiza a obra em relação aos locais de residência.

O pré-inquérito, para a obtenção de dados empíricos, foi baseado na recolha de informação oral através de entrevistas com trabalhadores das estradas; na revisão de documentos sobre o programa desde o seu início e outras experiências de projectos de construção de estradas com a participação de mulheres e na leitura de obras sobre as relações de género em Moçambique no geral.

Foram igualmente feitas leituras de obras que descrevem a sociedade Lómwè, contexto social onde o estudo foi levado a cabo, com vista a analisar os papéis desempenhados por mulheres e homens e qual o estatuto respectivo na sociedade. Para tal, servimo-nos de fontes escritas, sobretudo de autores que estudaram as sociedades do norte de Moçambique, particularmente os Makhuwa-Lómwè⁵.

No que concerne ao envolvimento de mulheres em trabalhos de construção e reabilitação de estradas em Moçambique, foi feita a leitura de alguns relatórios que descrevem o percurso deste projecto desde o seu início (SILVA e MAMAN, 1996; DER/ANE, 1999).

A observação participante foi uma técnica importante na recolha de dados empíricos e para a familiarização com o objecto em estudo. Foram objectos de observação, as condições em que o trabalho decorre, o processo de recrutamento dos trabalhadores (homens e mulheres), a distribuição de tarefas, e a organização dos trabalhadores no acampamento, o que deu uma certa indicação da organização de uma brigada. No entanto, dadas as limitações próprias de um pré-inquérito alguns temas precisam de ser aprofundados.

O trabalho de campo para o pré-inquérito, consistiu em três permanências na brigada, uma em Novembro de 1999, outra em Março de 2000 e a última em Novembro de 2000. Foram realizadas visitas à outras brigadas da mesma província, para além da experiência que trazíamos de outras províncias. Foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas, e

⁵ Nas obras consultadas cito dois autores que fazem em estudo mais aprofundado deste grupo, cujo nome vem escrito de maneira diferente. *Lómwè* (Medeiros: 1985) que é a forma como aqui vai ser usada, ou Lomués (Pequenino: 1995) refere-se ao mesmo grupo étnico que se localiza na alta Zambézia. Segundo Pequenino (1995, 5) os Lomués dizem ter a sua origem numa zona designada *O Lómwè*, e em termos étnicos faz parte do grupo étnico Makhuwa-Lómwè.

foram colhidos alguns percursos de vida⁶ essencialmente com mulheres que tinham dificuldades em responder à perguntas directas. Foram igualmente entrevistados alguns homens, maior parte das quais colectivas, o que permitiu colher opiniões dos dois grupos. As entrevistas colectivas, tanto com homens, como com mulheres foram mais produtivas, porque o grupo todo era dispensado, para o efeito, pelo chefe, o que diminuía a pressa do trabalhador em voltar ao trabalho, devido a concorrência que existe em cumprir com a meta diária.

Foram entrevistados, igualmente, funcionários da ANE e das ECMEPs, pessoal técnico responsável pela execução do programa, autoridades locais e tradicionais, como o *mambo* da zona, os responsáveis pelo recrutamento e trabalhadores em geral.

Uma das causas para o não aprofundamento dos temas nas entrevistas, como atrás citamos foi a preocupação dos trabalhadores em cumprir com as suas metas diárias, outra dificuldade foi em relação à proximidade dos chefes durante as entrevistas, o que fazia com que os entrevistados respondessem da maneira que julgavam ser do agrado deste. Este facto foi difícil de evitar uma vez que, pelo facto da brigada se localizar distante da sede da localidade, o chefe da Divisão de Estradas Terciárias (DET), pessoa que se oferecera para providenciar transporte, tinha que nos acompanhar diariamente até ao local das entrevistas.

Nas entrevistas as mulheres descreviam essencialmente o seu dia-a-dia no acampamento e fora dele. Uma das dificuldades durante as entrevistas com os trabalhadores em geral foi que, como supunham que a entrevistadora era uma pessoa que vinha da sede (ANE), e poderia resolver problemas laborais, por isso limitavam-se a colocar problemas.

Sobre este tipo de obstáculos Da Costa (1986:144) afirma que ao inserir-se num determinado contexto o investigador constrói uma identidade e estabelece um conjunto de papéis sociais, ao construir a sua identidade social perante membros de um determinado quadro social, as características dessa identidade viabilizam ou não a pesquisa e condicionam-na em diversos aspectos. A identidade e os papéis do

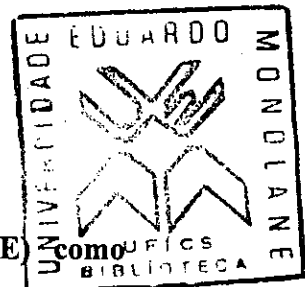
⁶ O percurso de vida descrito pelos nossos entrevistados descreve uma parte da sua vida, i. é., desde o período em que foram contratados para trabalhar na obra.

investigador originam-se, sedimentam-se e transformam-se num processo de interacção entre o observador e observados. A relação do investigador com os sujeitos da sua pesquisa é também uma relação social. Nesta, o poder ou o polo dominante pesa para o lado do pesquisador. Mas há autores que defendem (Ar dovini-Brooker 2000, 3) que as relações que se estabelecem entre o pesquisador e o objecto da sua pesquisa são aspectos no processo da pesquisa que podem ser analiticamente interrogadas.

Reconhece-se que o trabalho apresenta algumas lacunas e que muitos dos aspectos aqui levantados foram pouco explorados. Uma vez que o trabalho de campo foi apenas exploratório, muitos desses aspectos deverão, no futuro, ser aprofundados.

O Presente projecto de pesquisa está estruturado da seguinte maneira:

Os primeiros dois capítulos fazem uma introdução da questão a ser tratada e descrevem o contexto em que o programa decorre. O terceiro capítulo apresenta os objectivos que se pretendem alcançar. No quarto capítulo faz-se uma revisão bibliográfica de trabalhos já realizados sobre a participação de mulheres em programas comunitários, especialmente na construção de estradas, neste caso particular, a experiência de outros países africanos. O quinto capítulo descreve o quadro teórico que serve de base para a problemática desenvolvida e discute os conceitos chaves aqui utilizados. O sexto capítulo apresenta a experiência da brigada de Vacha na implementação do programa e descreve o ambiente de trabalho numa brigada, a vida nos acampamentos, organização e estrutura no trabalho. O sétimo capítulo problematiza a questão e apresenta as constatações desta fase da investigação, que não são conclusivos, pois servem somente como fundamento para o projecto de investigação e o oitavo capítulo levanta algumas hipóteses de trabalho e com base nas hipóteses, o nono capítulo sugere uma metodologia que servirá para dar continuidade ao estudo. Por último, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas até esta fase da investigação.



2. O Programa de Reabilitação e Manutenção de Estradas (PRME) como estratégia do governo para implementar políticas de género

O PRME, com o uso de mão-de-obra intensiva, iniciou em 1981, para responder aos grandes problemas de intransitabilidade nas estradas terciárias⁷ em Moçambique (DER/ANE:1999)⁸. Nesta altura não se falava da componente género, ou pelo menos, o programa não previa o envolvimento de mulheres, até porque o trabalho de construção de estradas era pensado como sendo essencialmente masculino. O programa também aparece como alternativa, para o melhor aproveitamento dos recursos locais na reabilitação e manutenção de estradas.

O PRME é um projecto que começou a ser implementado pela então Direcção Nacional de Estradas e Pontes (DNEP), hoje Administração Nacional de Estradas (ANE)⁹, com o financiamento de várias agências doadoras. Foi financiado pela primeira vez pela NORAD, mais tarde seguiram-se outras agências de cooperação, nomeadamente ASDI, PNUD, GTZ, CEE, Cooperação Suíça, OIT, PMA, BM (DER/ANE, 1999).

A partir de 1992 este programa introduziu a componente de "género". Esta componente previa o envolvimento de mulheres na reabilitação de estradas como parte da política do governo de envolver mulheres nos programas de desenvolvimento rural (DER/ANE:1999). O envolvimento de mulheres também surge por pressão de alguns doadores que condicionavam o seu financiamento à participação de mulheres no programa, de modo a beneficiar as comunidades de forma mais abrangente.

⁷ estradas terciárias são essencialmente as estradas rurais. Uma rede de estradas terciárias permite a ligação entre os distritos e as localidades; a ligação estas e as EN; uma maior movimentação da população, o escoamento de produtos agrícolas e a chegada até as zonas do interior de insumos agrícolas.

⁸ DER/ANE. Breve Historial do Sector de Estradas Terciárias, Relatório Apresentado ao Conselho de Administração. ANE. Maputo. 1999

⁹ A Direcção Nacional de Estradas e Pontes (DNEP) deixou de tal designação em 1999 tendo-se tornado uma empresa pública que passou a designar-se Administração Nacional de Estradas (ANE)



Fig.1: Trabalhos numa brigada de uso intensivo de mão-de-obra onde são contratados homens e mulheres (foto tirada em 27.07.90 na província de Cabo Delgado).

Um dos grandes objectivos deste programa é de aumentar os rendimentos nas zonas rurais através do emprego do maior número possível de trabalhadores eventuais, usando meios práticos e eficientes de construção, reabilitação e manutenção de estradas, privilegiando a população local durante o processo de recrutamento, criando oportunidades de emprego para homens e mulheres nas zonas rurais. A partir de 1996, estabeleceu-se a meta de 10% a 20% no recrutamento de mulheres, o que era uma forma de pressionar os empreiteiros a recrutar mão-de-obra feminina. Este foi um resultado directo das recomendações da Conferência de Beijing. O programa do governo em 1996, para o sector de estradas tinha os seguintes objectivos: envolver as mulheres na construção e manutenção de estradas, integrar a componente de género nos programas do sector a nível central e provincial e nos programas internos de desenvolvimento institucional (MOPH, 1998).

A construção de estradas nunca foi entendida pelas comunidades¹⁰ rurais como tarefa feminina. Por isso, o programa de reabilitação e manutenção de estradas com a participação de mulheres foi acolhido de forma céptica por algumas comunidades. Para eles, o trabalho assalariado, em particular o trabalho de estradas, é considerado "trabalho de homens", facto que é justificado recorrendo a argumentos biológicos. Diz-se, por exemplo, que por exigir um maior esforço físico não é adequado para as mulheres.

Para muitas mulheres este é o seu primeiro emprego remunerado. A maior parte destas, quando questionadas sobre o que irão fazer no fim do programa, afirmam que voltarão a trabalhar nas machambas.

Com a sua participação neste programa, as mulheres vêm-se perante dois dilemas. Primeiro, por ter que deixar a casa para ir trabalhar longe do seu local de residência e fora do círculo doméstico, o que para elas não é comum; segundo, ir trabalhar junto dos homens e realizar o mesmo tipo de tarefas não é visto nem pelas mulheres nem pelos homens como "normal", porque na estrutura de divisão sexual do trabalho tradicional, esta é uma tarefa realizada por homens.

É neste ambiente, que de certo modo se pode considerar conflituoso e pleno de tensões, que se deve questionar a implementação de uma política, sem se tomar em consideração as implicações que daí decorrem. Neste contexto, a motivação em realizar este trabalho, vem do interesse em analisar a influência destas práticas exteriores à comunidade nas suas relações sociais. Não se pretende aqui julgar se estas implicações são benéficas ou não, mas apenas analisar até que ponto estas comunidades são objectos ou sujeitos dessas mudanças.

¹⁰ Emprega-se o termo comunidade no sentido Tonnisiano do termo, onde comunidade faz referência a um agrupamento humano, onde os seus membros possuem um sentimento mais ou menos consciente de integração e de solidariedade. A comunidade aqui pressupõe a existência de aspectos importantes da vida quotidiana que sejam comuns, como por exemplo a construção de uma estrada, escola ou hospital, e que os seus membros adiram a ela mais ou menos explicitamente e aceitem as obrigações e deveres respectivos.

3. Objectivos

O presente trabalho tem por objectivo analisar os processos de mudança e/ou continuidade e construção de novas relações de género dentro da divisão sexual do trabalho entre os trabalhadores do PRME. Pretende-se abordar alguns dos aspectos que devem ser tomados em conta na análise da condição das mulheres nas zonas rurais a partir de uma perspectiva antropológica. Interessa-nos, ainda, ver até que ponto a introdução da componente de género nos projectos de desenvolvimento pode trazer mudanças na estrutura social da família.

Pretende-se analisar como o desempenho de todas as tarefas, tanto por homens como por mulheres, é entendida pela própria comunidade e procurar compreender como estas alterações se articulam com as antigas práticas. Relatórios sobre este programa¹¹ referem que grande parte das mulheres que trabalha nas estradas e vive nos acampamentos, são solteiras, separadas ou viúvas. Existem mulheres casadas, porém, em número reduzido. No caso particular destas, cujos maridos não estão a trabalhar, como encaram esta nova situação? E como são geridos os rendimentos familiares, partindo do princípio que o salário é da mulher?

Em termos mais específicos procura-se compreender se existe um processo de ruptura entre aquilo que são as práticas culturais e a construção de novas relações de género na estrutura da divisão sexual do trabalho.

4. Revisão Bibliográfica

Na tentativa de se encontrar uma resposta para a fraca participação de mulheres na construção de estradas, foram realizados vários estudos em países onde programas deste tipo foram implementados.

Estudos realizados no Kenya, Tanzania e Zâmbia, descrevem a experiência destes países em projectos de construção e manutenção de estradas com o uso intensivo de mão-de-

¹¹ Relatório Annual de 1998 Sobre actividades do Sector Género na DNEP.

obra envolvendo mulheres. Estes estudos apontam factores de vária ordem, não apenas os culturais, que constituem obstáculos para um maior envolvimento de mulheres.

Um estudo realizado no Kenya (Gachago, Kamminga, Ndewa: 1996) sobre o impacto do emprego de mulheres no programa de reabilitação de estradas rurais chegou à conclusão de que a fraca participação das mulheres no programa não tinha uma justificação cultural, como muitos programas do género¹², mas sim, na existência de práticas de recrutamento e controlo por parte de alguns funcionários públicos que dão prioridade a homens em detrimento das mulheres. Os contratadores muitas vezes usam argumentos biológicos para justificar que as mulheres só podem ser envolvidas como distribuidoras de água, o que limita o número das que são contratadas.

Outro estudo foi realizado na Zâmbia (Mzumara, 1994), com o objectivo de determinar o papel de homens, mulheres, rapazes e raparigas na construção e reabilitação de estradas com uso de mão-de-obra intensiva, e avaliar o impacto do programa nas relações de género, constrangimentos e oportunidades de emprego das mulheres na reabilitação de estradas e no desenvolvimento. O trabalho chegou à conclusão de que o projecto tinha tido um impacto positivo nos agregados familiares, uma vez que grande parte do rendimento tinha sido gasto nas necessidades dos mesmos. No entanto, foi identificado como obstáculo para a maior participação de mulheres no projecto, o facto delas precisarem da autorização dos seus maridos para serem contratadas. Muitas delas dizem que normalmente, não seriam autorizadas pelo chefe de família masculino, seja ele marido, tio ou irmão, à ir trabalhar nas estradas.

Os homens defendem-se afirmando que este tipo de trabalho é mais apropriado para homens, e que temem pela segurança das mulheres que vão trabalhar em zonas distantes. Um líder comunitário defende a necessidade de uma autorização prévia dos homens em relação às mulheres dizendo que “a tradição dá-nos autoridade sobre as nossas mulheres” (Mzumara: 1994, 21).

¹² Num outro estudo feito na Zâmbia com os mesmos objectivos chegou a conclusão que a fraca participação de mulheres se devia ao facto das mulheres precisarem do consentimento dos seus maridos para trabalharem nas estradas, o mesmo acontece com as mulheres da zona sul de Moçambique em que esta é uma das razões apontadas para a sua fraca participação em trabalhos nas estradas.

Scheinman (1989), no seu estudo realizado na Tanzania, sobre o impacto da participação feminina num projecto de manutenção de estradas rurais, conclui que este tipo de trabalho é importante para as mulheres marginalizadas que não têm outro meio para obter dinheiro. Estão neste grupo as viúvas, as divorciadas e as mães solteiras.

Devido à falta de opções as mulheres trabalham nas estradas tanto tempo quanto for possível. Apesar do trabalho exigir muito esforço físico, em condições difíceis, com um salário baixo, as mulheres têm interesse em continuar a trabalhar. Este projecto dá-lhes uma oportunidade única de obter um rendimento adicional. De uma forma geral, os homens e as mulheres que trabalham neste projecto estariam em piores condições económicas se não o fizessem.

O autor acrescenta que os consultores estão conscientes da responsabilidade que têm na sobrecarga do trabalho das mulheres, por causa da percepção de que as mulheres africanas fazem a maior parte do trabalho doméstico, e estão sempre ocupadas, enquanto que os homens se recusam a ajudá-las a carregar água, apanhar lenha ou ir à machamba.

Sobre a experiência de Moçambique, Kittelsen (1997) fez um estudo sobre o acesso desigual de homens e mulheres, rapazes e raparigas ao emprego e à educação, no Projecto de Infra-estruturas da Zambézia (ZI Project) financiado pela IBIS, nos distritos de Lugela e Namarroi. A autora faz uma análise sobre os vários factores que contribuem para que as raparigas tenham menos oportunidades de escolaridade, o que pode levar no futuro ao acesso desigual ao emprego. Há também uma série de factores que justificam as assimetrias de género no acesso ao emprego, um dos quais é que as raparigas são socializadas de modo a assumirem o papel de futuras mães e donas de casa.

O mesmo estudo, cujo objectivo era analisar o impacto do emprego de mulheres na construção e reabilitação de estradas e escolas nas suas vidas e na das raparigas, trata igualmente das oportunidades de emprego e estratégias de vida que daí surgem e sugere meios de maximizar a sua participação e benefícios. Chegou-se a conclusão de que empregar mulheres para aumentar o seu rendimento, apenas cobre uma parte das suas necessidades. Este responde à uma necessidade imediata, a de aumentar o rendimento, numa situação onde a venda de produtos agrícolas não traz muitos rendimentos, não

existe outro tipo de trabalho e onde o salário do marido não é suficiente para as despesas da família. O facto de se registarem muito poucas mulheres a trabalhar no Projecto de Infra-estruturas da Zambézia, limita, segundo a autora, o seu impacto.

Constatou também que, em muitos casos, as mulheres trabalhadoras sub-contratam outras pessoas para trabalharem nas suas machambas, providenciando deste modo, emprego para mais pessoas, do que resulta um efeito multiplicador do projecto. Aquí, muitas mulheres referiram que o dinheiro ganho era suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas. Sendo este normalmente aplicado na construção de melhores casas, no pagamento de matrículas escolares para os filhos, no acesso a serviços de saúde.

Em relação ao seu impacto nas raparigas, Kittelsen chegou à conclusão que não houve grandes melhorias, a percentagem de raparigas a frequentar a escola continua baixa. A autora encontra outros factores que fazem com que o número de raparigas seja reduzido, apontando a pobreza como o primeiro factor. As famílias têm problemas na aquisição do material escolar e se conseguem adquirir algum ele é destinado aos rapazes. Outro factor apontado é a percepção geral que existe na comunidade do papel das mulheres, na família e na vida social. Espera-se que a rapariga case e vá viver junto do marido, dispensando assim uma maior formação. Isto não é apenas encorajado pela família, as raparigas vêm no marido ou namorado alguém que lhes pode satisfazer todas as necessidades. O facto de ser mãe ou dona de casa, é muitas vezes considerado incompatível com a tarefa de estudante.

Este estudo mostra-nos que, no geral, as mulheres têm menos oportunidades de acesso à educação do que os homens e muitos destes constrangimentos são explicados por factores sócio-culturais, facto que é constatado também em outros países da região (Omari:1996,27).

A experiência de Moçambique no recrutamento de mão-de-obra feminina na construção de estradas foi objecto de estudo realizado por Da Silva e Maman (1996)¹³, o relatório deste estudo é importante para entender o percurso do programa de envolvimento de mulheres na reabilitação e manutenção de estradas. Este estudo serviu de base para elaboração do presente trabalho.

5. Conceptualização

Por questões de ordem teórica e metodológica, consideramos fundamental a definição de dois conceitos chave na análise aqui feita. São o conceito de **género** e o conceito de **divisão sexual de trabalho**.

5.1. Género como categoria de análise

"la aportación más valiosa de la antropología feminista ha consistido en demostrar que todo análisis de las cuestiones clave en antropología y en las ciencias sociales debe partir de la correcta percepción de las relaciones de género"(Moore: 1999, 226).

Esta afirmação de Moore demonstra quão importante é a abordagem das relações de género no debate actual das relações sociais. A antropologia feminista teve uma contribuição muito importante neste sentido. O feminismo foi a corrente que inaugurou uma linha de saber antropológico cujo ponto de partida era afirmar o género como objecto de pesquisa e como dimensão de análise.

Heilborn (1996) no seu artigo sobre *Género e Condição Feminina* fornece um painel sobre as questões que se levantam na análise da condição feminina a partir de uma perspectiva antropológica onde descreve as diversas correntes que analisam o surgimento das desigualdades de género. Ela analisa as várias abordagens que se têm feito à volta da questão do género, cita os marxistas, como é o caso Engels (Heilborn:

¹³ Este estudo foi recomendado pela então DNEP ao Forum Mulher, uma ONG nacional que se tem dedicado a estudos em questões de género, na avaliação do envolvimento de mulheres no Programa de

1996, 27), que diz que todas as sociedades apresentam uma divisão de trabalho baseada no sexo, que considera natural, mas ressalta que isto não significa desigualdade ou opressão sexual. Estas só surgem com o aparecimento da propriedade sobre os meios de produção e as classes sociais. Assim, segundo Engels, as formas de opressão sexual carecem de uma base material.

Outra abordagem por ela discutida é a perspectiva simbólica das sociedades, onde segundo ela, a assimetria sexual é constitutiva do social. Para esta corrente o género é uma construção social que parte da observação do real. Nesta perspectiva, ainda que existam actividades invariantes em todas as culturas, o masculino e o feminino possuem significados distintos em cada cultura.

Esta autora (Heilborn 1990: 26) afirma que “na sua acepção original género é o emprego de designações diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes”, mas o termo tomou outros contornos e passou a designar também a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos.

A antropologia feminista tomou três perspectivas que permitem abordar as relações de género, nomeadamente, o feminismo liberal, feminismo radical e feminismo marxista. Mannathoko (1992) discute estas três perspectivas demonstrando as suas contribuições na antropologia e apontando as fraquezas de cada uma delas.

Neste artigo, a autora tenta demonstrar que o feminismo tem as suas raízes na condição das mulheres africanas, por isso não se deve olhar para esta teoria como uma concepção do ocidente, mas tal como outras, que foi influenciada por uma pressão externa. Ela começa por definir o feminismo como um termo amplo que designa uma variedade de concepções das relações entre homens e mulheres.

Tal como referimos a antropologia feminista toma três perspectivas na sua análise às origens da dominação masculina em relação as mulheres que passamos a descrever:

O *Feminismo liberal* é a perspectiva que reivindica igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e vê a opressão das mulheres como tendo surgido do acesso desigual

a recursos. Esta perspectiva apesar de ter uma longa tradição na luta pelos direitos e oportunidades das mulheres, não questiona as desigualdades estruturais prevalentes na sociedade.

O *Feminismo radical* reivindica uma mudança radical nas relações opressivas de género. Esta perspectiva aponta a sexualidade, a reprodução e o patriarcado como a causa da opressão feminina e questiona a primazia do poder masculino. O feminismo radical peca por não olhar para as necessidades económicas nos países em desenvolvimento. Esta perspectiva liga-se, por um lado, à corrente estruturalista, que defende que, o que está na base da opressão feminina é o lugar subalterno que as mulheres ocupam na estrutura familiar. Por outro lado, esta perspectiva liga-se à corrente funcionalista, que defende que, a função reprodutora da mulher a relega para tarefas essencialmente domésticas, consequentemente não remuneradas.

O *Feminismo marxista* aplica o materialismo dialéctico na análise das origens da opressão feminina. Para esta perspectiva a opressão feminina resulta das classes sociais, raça e etnia. Neste contexto, a participação feminina na esfera pública não leva automaticamente à libertação das mulheres, porque elas ocupam postos mal remunerados. Esta perspectiva ignora as relações de género como fonte do poder masculino independentemente da classe social.

Mannathoko define o género como sendo um conceito relacional, que denota a maneira como homens e mulheres se diferenciam e são ordenados num contexto sócio-cultural. Segundo a mesma autora, o sexo distingue-se do género no sentido em que o primeiro é um conceito biológico, i.é., sexo refere-se a como a pessoa nasce, homem ou mulher. Enquanto que género é um conceito social que define padrões culturalmente determinados de comportamento, tais como direitos, deveres, obrigações e *status* destinados a homens e mulheres na sociedade, que podem variar dentro da mesma sociedades (Mannathoko: 1992, 72).

Outra autora que analisa o conceito de género, numa perspectiva histórica, é Scott (1988, 29). Para ela, o conceito de género refere-se a uma "construção social", uma

criação de ideias sobre papéis próprios para mulheres e homens. Género é, nesta definição, “uma categoria social imposta por um corpo sexuado”.

Entretanto, Oyëwumi (1997) é uma das autoras que não concorda com esta concepção. Ela critica os autores que analisam as relações de género como uma construção social baseada em atributos biológicos (Oyëwumi:1997, 8) sendo da opinião que a construção social e o determinismo biológico não são mutuamente exclusivos. Para esta autora o social e o biológico complementam-se.

A mesma autora critica a universalização do debate feminista sobre as relações de género e afirma que algumas bases que sustentam a teoria feminista não são aplicáveis em África, porque sendo criações do mundo ocidental, podem não ser aplicáveis em outros contextos.

A propósito destas críticas, Mannathoko (1988: 71) afirma que há uma concepção errada de ver o feminismo como uma ideologia do ocidente, que reflecte a cultura ocidental. Mas ela defende que as teorias feministas têm no contexto africano, um terreno propício para o desenvolvimento das suas teorias.

A partir das definições anteriormente dadas, pode-se ver que o conceito de género, no contexto disciplinar da antropologia, coloca à partida, questões pontuais de abordagem científica e metodológica da própria expressão. Por um lado, porque é um conceito formado por elementos de outros conteúdos contendo um conjunto de ideias inter-relacionadas, sendo facilmente confundida com sexo. Na língua inglesa, por exemplo, há autores que optam apenas por substituir uma palavra por outra (Scott: 1988, 32). Por outro lado, porque na conceptualização das relações de género há que ter em conta que elas fazem parte da nossa existência como mulheres ou homens, e é preciso identificar a que nível elas ocorrem.

Assim, numa definição mais simplista diríamos que sexo é um facto biológico e no meio desta diferença biológica “construímos um edifício de preconceitos e comportamentos de natureza social”. A estas diferenças que são culturalmente construídas dá-se o nome

de diferenças de género. As diferenças de género variam de cultura para cultura e de sociedade para sociedade.

Hoje, a análise das relações de género e a integração desta componente em projectos nos países em desenvolvimento suscita muito interesse por parte de investigadores das diversas disciplinas.

5.2. Divisão sexual do trabalho

A divisão do trabalho entre idades e sexos representa a forma mais primitiva de divisão social de trabalho. Apesar de algumas excepções, esta divisão é essencialmente baseada nas condições biológicas. Assim, na divisão com base na idade, a cada geração são atribuídas determinadas actividades, por exemplo, os mais velhos ocupam-se de tarefas que correspondem à sua maior experiência de vida, como educar os jovens no matrimónio, aconselhamento ou assumem funções de liderança. Na divisão com base no sexo, há trabalho masculino e trabalho feminino. No processo de socialização as crianças, à medida que crescem, aprendem aquilo que é trabalho de homens ou de mulheres.

A divisão de trabalho com base no sexo, refere-se à forma como o trabalho é dividido entre homens e mulheres e como esse trabalho é valorizado numa cultura ou sociedade específica. Geralmente o trabalho dos homens é mais prestigiado, melhor pago e mais regular. Contrariamente, o das mulheres tende a ser menos valorizado, sazonal, a tempo parcial e mal ou não remunerado.

O conceito de divisão de trabalho é fundamental tanto em antropologia, como em sociologia, porque ele define a base estrutural de uma sociedade. Durkheim (1989, 319) operacionaliza este conceito relacionando-o com a moral e a solidariedade social. O autor considera que é da divisão do trabalho que deriva a solidariedade social, sendo a esta um fenómeno moral, não tem apenas uma função puramente económica, mas também a de integrar o corpo social e assegurar-lhe a unidade.

No caso dos trabalhadores das estradas, há dois tipos de solidariedade. A primeira, é solidariedade familiar, i.é. os trabalhadores, especialmente as mulheres, quando vão à procura do emprego, elas têm já o consentimento da família, por exemplo, deixam os filhos ao cuidado de outros parentes (avó, mãe, irmãs), contraindo assim, o dever moral de retribuir, através da redistribuição dos seus rendimentos.

O segundo tipo de solidariedade é o que se pode considerar solidariedade laboral. Durante as entrevistas, alguns trabalhadores afirmam que quando estão em zonas onde a terra é muito dura e exige um maior esforço físico, preferem organizar-se aos pares (uma mulher e um homem) porque, segundo eles, é menos desgastante trabalhar com um parceiro do que sozinho.

Durkheim aponta a divisão do trabalho como sendo um fenómeno de especialização de funções culturais no sentido mais amplo e que precisa de ser compreendida como um fenómeno de cooperação social.

Meillassoux (1977) na sua obra "*Mulheres Celeiros e Capitais*" fala da divisão do trabalho, especialmente aquela que é feita com base em idades. A gerontocracia, característica das relações estabelecidas entre as sociedades que ele chama de tradicionais, atribui maior poder aos homens mais velhos. Para este autor, a relação entre os mais novos e os mais velhos são a chave na divisão social do trabalho. Por exemplo, a consolidação da autoridade dos anciãos sobre os cadetes passa pelo controle dos meios de acesso às mulheres e pelo papel que eles tomam na instituição matrimonial.

Vários estudos realizados, particularmente nas sociedades africanas, os trabalhos tipicamente masculinos são a caça, o corte de árvores, a construção de casas e o comércio, enquanto que às mulheres cabe tarefas domésticas, como os de cuidar da casa, dos filhos, confeccionar alimentos, apanhar lenha e providenciar água. À primeira vista pode parecer que se pretende aliviá-las dos trabalhos pesados, mas analisando-se profundamente pode-se ver que as mulheres têm uma sobrecarga em relação ao tempo que ocupam no trabalho doméstico.

Sendo o género uma construção social que varia segundo o contexto, o que é trabalho de mulheres numa sociedade, pode ser trabalho para homens em outra. Concluindo-se assim, que a divisão do trabalho varia de cultura para cultura. Por exemplo, no caso de Moçambique, a participação de homens e mulheres na agricultura varia de região para região, há um maior envolvimento de homens na produção de culturas de rendimento, como é o caso do algodão e do tabaco, enquanto que as mulheres se ocupam mais na agricultura de subsistência.

Negrão (1998, 21) refere que, diferentemente das sociedades dos países desenvolvidos onde a divisão do trabalho na agricultura, indústria e serviços se faz por grupos sociais constituídos por famílias. Em África a divisão do trabalho apresenta duas características: primeiro ela tem como base indivíduos da mesma família, segundo, a família rural usa o tempo de trabalho disponível em função da fonte de rendimento e de acordo com o género e a idade. No caso do distrito de Alto-Molocué, pelos constrangimentos que o sector da agricultura enfrenta na produção de culturas de rendimentos e devido à falta de instrumentos agrícolas, fertilizantes e ocorrência de pragas, apenas a produção de culturas alimentares tem tido sucesso e é aqui onde há maior participação de mulheres.

Em geral, nas sociedades africanas, a divisão do trabalho entre sexos é tão rigorosa e enraizada na cultura que, muitas vezes, se torna difícil um sexo "invadir" o espaço laboral do outro sexo. A divisão do trabalho entre os sexos é a base da cultura, por exemplo as crianças são socializadas a fazer trabalhos de acordo com o sexo a que pertencem.

Investigadores, que estudaram as sociedades ditas primitivas (Moutinho, 1980; Meillassoux, 1977; Evans-Pritchard, 1971), realçam a divisão do trabalho como o facto que primeiro chama a atenção a qualquer observador. Esta divisão é tão rígida que torna-se difícil um sexo invadir o "tradicional" domínio de trabalho do outro. Assim, nestas sociedades, as mulheres têm uma espécie de trabalho e os homens, outra, e há uma terceira espécie de trabalhos que pode ser realizada por qualquer um dos sexos ou pelos dois conjuntamente.

Ora se esta base cultural é perturbada com a interferência de factores externos, as mudanças operadas podem alterar a estrutura social da unidade doméstica, porque cada uma dessas mudanças, atinge todos os seus membros. É o que se pode constatar com o facto de uma mulher ir trabalhar nas estradas; enquanto ela estiver ausente alguém preenche, mesmo que temporariamente, o seu lugar na estrutura familiar.

Assim, pode dizer-se que a divisão do trabalho é o processo de segregação ou especialização de funções de indivíduos ou grupos. O divisão do trabalho aparece, do ponto de vista individual como um processo de especialização e, encarada sob o ponto de vista colectivo, como processo cooperativo.

A mudança na divisão do trabalho é muitas vezes associada à mudanças na estrutura social, uma vez que, quando as mulheres passam a realizar outras tarefas fora da esfera doméstica, estas representam um desafio para a divisão de trabalho "tradicional". Mas é preciso ter em conta que, por vezes, o trabalho nas estradas não significa uma ruptura total com os seus papéis tradicionais, é antes a continuação das mudanças já iniciadas ao nível das relações de género.

A figura 2 demonstra como há um paralelismo nas duas formas de divisão de trabalho, a que podemos aqui considerar de "tradicional" e a "nova". Há uma tendência de se transportar aquilo que são representações na esfera doméstica para a laboral.



Fig. 2: Uma brigada formada só por mulheres reparando uma estrada danificada (foto tirada em Inhambane a 29 de Junho de 1999).

A situação retratada na foto os técnicos, a título experimental, agruparam as mulheres numa única brigada. A justificação que se dá para este procedimento é que esta é uma maneira de demonstrar que é possível formar uma brigada só com mulheres que seja produtiva. Para nós, ela pode ter várias explicações. Por um lado, pode ser uma maneira de testar a capacidade das mulheres, o que não se exige dos homens, uma vez que se assume que eles se adaptam mais facilmente ao trabalho; por outro lado, a construção de novos modelos de estrutura social ainda não foram apropriados e se mantém o “modelo tradicional” que separa as mulheres dos homens.

6. A experiência do PRME e sua aplicação no distrito de Alto-Molocué

6.1. Breve descrição do distrito de Alto-Molocué

Para melhor entendermos a problemática, achou-se por bem fazer uma descrição das condições do distrito.

O distrito de Alto-Molocué, com sede em Molocué, fica situado a norte da província da Zambézia e possui 12 localidades, dentre elas a localidade de Vacha. As autoridades tradicionais a nível local servem de mediadores na resolução de conflitos e intervêm sobretudo na disputa pelas terras e na resolução de outros problemas de âmbito local. O distrito de Alto-Molocué tem uma população estimada em cerca de 131.502 habitantes¹⁴ e uma densidade populacional de 20.5h/hm². Faz fronteira com os distritos de Iapala, na província de Nampula a norte, Ile e Gurué a este e Gilé a oeste.

O distrito de Alto-Molocué situa-se sensivelmente a meio caminho entre as cidades de Quelimane e Nampula, é atravessado pelo principal eixo rodoviário norte-sul do país. Segundo a informação da ANE, desde que se fizeram os levantamentos distritais foram já reabilitadas alguns troços de estradas terciárias e nacionais, utilizando principalmente a mão-de-obra intensiva.

A principal actividade das populações de Alto-Molocué é a agricultura, a produção de culturas depende principalmente da mão-de-obra familiar. As principais culturas são o milho, a mandioca, o feijão, a mapira e o amendoim. Na agricultura a produção de alimentos básicos, tem sido considerada suficiente para o consumo doméstico. Em relação aos excedentes agrícolas o sector familiar tem-se queixado da falta de mercados. Há constrangimentos que se prendem com a carência de instrumentos agrícolas, sementes e ocorrência de pragas.

¹⁴ UNDP/UNHCR. District Development Profile. Alto-Molocué District. Maputo. 1997

As famílias, para além da venda de produtos agrícolas, recorrem a outras fontes de rendimento como, a venda de bebidas tradicionais e o “ganho-ganho”¹⁵. As culturas de rendimento, como o tabaco e o algodão, são produzidos por um número reduzido de famílias.

Em relação aos serviços de saúde, as populações deste distrito têm acesso à assistência sanitária em postos e centros de saúde, não existindo nenhum hospital rural, a maior parte das infra-estruturas primárias de saúde carecem de uma reabilitação, há igualmente carência de pessoal médico. No sector da educação, as poucas escolas existentes não são suficientes para cobrir as necessidades do distrito. A rede escolar precisa de ser reabilitada e há uma necessidade de se aumentar o número de professores e os poucos que existem precisam de uma reciclagem. Outro problema é a falta de material escolar, há casos em que nem o próprio professor possui material (entrevista com o professor de uma escola local).

Apesar de o distrito de Alto-Molocué ter grandes potencialidades agrícolas, a intransitabilidade das vias limita a extensão da actividade comercial.

6.2. O mercado de trabalho no distrito

Na sociedade Lómwè as mulheres têm a responsabilidade do trabalho doméstico, dos cuidados da casa e da agricultura familiar. Os homens normalmente dedicam-se à comercialização e produção de culturas de rendimento; no entanto, com a intransitabilidade das vias e falta de mercados para comercialização, restam-lhes poucas tarefas¹⁶.

¹⁵ O “ganho-ganho” é uma expressão utilizada em quase toda a zona norte de Moçambique para referir pequenos trabalhos, por exemplo pequenos trabalhos realizados nas machambas. As mulheres que trabalham nas estradas normalmente sub-contratam pessoas que fazem o “ganho-ganho” para as suas machambas.

¹⁶ Negrão (1998) critica a concepção que coloca sobre a mulher a carga de trabalho, ele defende a ideia da distribuição equitativa do trabalho entre os membros da família. Mas neste caso, uma vez que as tarefas a que os homens se deviam dedicar, a exploração de fontes de rendimento em dinheiro, não existem. O comércio é deficiente e não existem postos de trabalho assalariado.

Para além da agricultura e das pequenas actividades atrás descritas, não existe outro tipo actividades no distrito, a intransitabilidade das vias, a falta de instituições bancárias, adicionada à escassez de indústrias, faz com que as poucas empresas que aparecem na zona à oferecer trabalho sejam muito concorridas. Existem algumas empresas de plantação de algodão mas não chegam para cobrir a grande procura de trabalho assalariado. Há famílias que se dedicam ao cultivo do algodão e do tabaco, mas a falta de mercado para a sua comercialização limita a actividade desses camponeses.

Sendo a ECMEP uma das poucas empresas que recruta trabalhadores, ela tem sido concorrida por pessoas que procuram trabalho, não importando a que preço. A ECMEP paga aos trabalhadores eventuais (serventes) o salário mínimo. Na altura da realização da primeira visita este era de 450.000Mt¹⁷, considerado razoável pelos camponeses.

Normalmente, há diferenças na aplicação dos rendimentos segundo o género. Para os homens, a compra de uma bicicleta aparece sempre como a primeira necessidade, depois vem o rádio. Enquanto que para as mulheres, o salário ganho serve para construir uma casa, mandar os filhos à escola, comprar roupa e realização de cerimónias (para os defuntos ou uma consulta no curandeiro)¹⁸.

6.3. Homens e mulheres como colegas de trabalho nas brigadas

Na primeira fase do projecto as mulheres apenas participavam naquelas tarefas que tradicionalmente são consideradas femininas, tal como providenciar água, apanhar lenha, limpar o acampamento e cozinhar para todos os trabalhadores. Isto é, transportava-se aquilo que era o trabalho das mulheres na esfera doméstica para a esfera laboral, mas este processo fazia com que o número de mulheres fosse reduzido, uma vez que não eram necessárias muitas mulheres para fazer este tipo de trabalho. Minjurda da Silva, uma das nossas entrevistadas, trabalhadora nas estradas há três anos, disse que tinha havido mudanças nas tarefas das mulheres: "*no princípio, o nosso trabalho era só o de cozinhar, outras limpavam o acampamento mas depois começamos a fazer todo o*

¹⁷ Actualmente o salário mínimo é de 580.000,00Mt

¹⁸ Entrevista conjunta com um grupo e trabalhadores (homens e mulheres) no dia 31/10/2000.

tipo de trabalhos, porque disseram que era preciso aumentar o número de mulheres e não podíamos ficar todas no acampamento. Depois ninguém queria ir à obra, por isso, era preciso trocar”¹⁹. Para que não houvesse conflitos entre as trabalhadoras, os chefes decidiram que este tipo de trabalho tinha que ser rotativo. Assim, semanalmente o grupo que ficava no acampamento era trocado, mas apenas entre as mulheres.

Na obra as mulheres queixam-se da dureza do trabalho, mas mesmo assim conseguem alcançar a meta diária, por vezes, antes de muitos homens. Quando o trabalho exige maior esforço físico, como é o caso da destronca ou fazer valetas em terrenos muito secos, este é realizado aos pares, por que, segundo os trabalhadores, é mais rápido e estimulante. Os homens afirmam que “quando trabalhamos com uma mulher ao lado, temos mais força”, e as mulheres, por sua vez, dizem que “quando trabalhamos com os homens, eles deixam de ser preguiçosos porque querem mostrar que são mais fortes do que nós e assim o trabalho vai mais rápido”. Há uma necessidade por parte dos homens de mostrar que são mais fortes que as mulheres, consequência das expectativas que são criadas à volta da figura do homem.

6.4. O processo de recrutamento

Num processo de recrutamento normalmente são convidadas as autoridades locais, neste caso o *mambo* da zona. O *mambo* é a figura com autoridade reconhecida por todos os residentes da zona. Quando se pretende iniciar um trabalho de reabilitação de uma estrada ele é a primeira pessoa a ser consultada nesse processo, pois, cabe-lhe ceder um terreno que servirá de saibreira²⁰. Ele também tem o dever de informar todos os residentes do início das obras.

O processo começa pela solicitação, por parte da empresa, de um lugar para montar o acampamento e outro outro que servirá de saibreira. O *mambo*, em coordenação com os técnicos da empresa, escolhe o melhor lugar para a sua montagem. Enquanto a empresa prepara o lugar, o *mambo* tem a tarefa de informar a população que a ECMEP precisa de

¹⁹ Entrevista com Minjurda da Silva, 02/11/99

²⁰ A saibreira é o local onde se tira a areia (saibro) que serve para as obras de reabilitação.

candidatos para trabalhar, incluindo mulheres. As pessoas ficam preparadas à espera do dia do recrutamento. Quando este chega, já lá estão o *mambo*, acompanhado de um tradutor, a população e os técnicos que vão proceder à inscrição dos candidatos.

Normalmente o número de candidatos excede as necessidades da empresa, o que se justifica pela carência de postos de emprego na zona. Neste caso, o *mambo* faz a selecção dos candidatos por zonas de residência. A selecção feita pelo *mambo*, não é contestada uma vez que se acredita na sua justiça.

Este processo, reforça o poder dos régulos e por consequência a estrutura de poder dominante da zona. As relações de poder que estabelecem decorrentes do próprio processo cristalizam a dominação masculina, servindo de exemplo a necessidade da autorização do marido para uma mulher ser contratada e a legitimação da presença das mulheres feita pelo *mambo*, pois antes do início das inscrições o *mambo* para além de explicar a importância da reabilitação da estrada e fazer um apelo à disciplina durante o trabalho, explica a necessidade do recrutamento de mulheres²¹.

Em relação à contratação de mulheres, normalmente há uma pré-mobilização direccionada ao *mambo* no sentido de este estar mais sensível em relação à participação de mulheres no trabalho. É por isso que quando chega o dia do recrutamento ele utiliza as suas próprias palavras para explicar sua importância.

A figura do *mambo* nesta fase do processo é muito importante, uma vez que ela simboliza a sua legitimidade. No caso concreto da contratação de mulheres, o facto de ele estar presente no momento da contratação, de certa maneira, dá-lhes maior segurança, uma vez que atenua os constrangimentos. O mesmo acontece com o apelo à disciplina, a presença da figura do *mambo* no primeiro dia dá maior legitimidade à empresa.

²¹ Quando a equipa da Unidade dos Assuntos Sociais da ANE se desloca às províncias tem a tarefa de incentivar os empregadores a contratar mulheres, e explicar a importância da sua participação na construção de estradas. Esta unidade foi recentemente criada, mas já vinha funcionando até 1999 como Unidade de Assuntos de Género.

Depois do *mambo*, fala o encarregado da obra que explica o tipo de trabalho, os termos do contrato, muito especificamente para as mulheres, para não se esquecerem das "regras do jogo". Para uma mulher ser inscrita precisa da autorização do marido, o encarregado justifica esta atitude dizendo que "*as mulheres que querem trabalhar têm que trazer os seus maridos para que eles digam que querem que as mulheres trabalhem, porque mais tarde não queremos trazer problemas nos seus lares. Há maridos que vêm cá no acampamento fazer confusão* (referindo-se a exigência dos salários da suas mulheres)". A maior parte de mulheres que se candidata são mães solteiras, ou preferem dizer que não têm marido para serem admitidas. Trata-se, pois, de uma estratégia para dispensarem o consentimento dos maridos.

Esta atitude demonstra o lugar de subordinação das mulheres à autoridade masculina e a maneira como elas encontram mecanismos de fugir deste controle exercido pelo poder masculino. Portanto, o facto de as mulheres às vezes omitirem a sua situação marital é uma estratégia de luta pelo acesso ao trabalho, que por sua vez poderá dar-lhes a possibilidade de aquisição de um poder económico através do seu salário. Loforte (2000, 183) refere que as mulheres mesmo ao nível dos grupos patrilineares, onde o controle masculino se faz sentir com maior intensidade, as mulheres conquistam o poder, usando recursos disponíveis a favor dos seus interesses.

6.5. Estrutura, organização e trabalho na brigada

Na altura da realização do trabalho de campo, a brigada de Vacha era composta de 150 trabalhadores, dos quais 37 eram permanentes e estavam distribuídos pelas seguintes categorias: encarregado de obra, supervisores, fiscais, motoristas, tractoristas, socorristas. Dos 113 eventuais, também chamados serventes, 80 eram homens e 33 mulheres, todos residentes no acampamento.

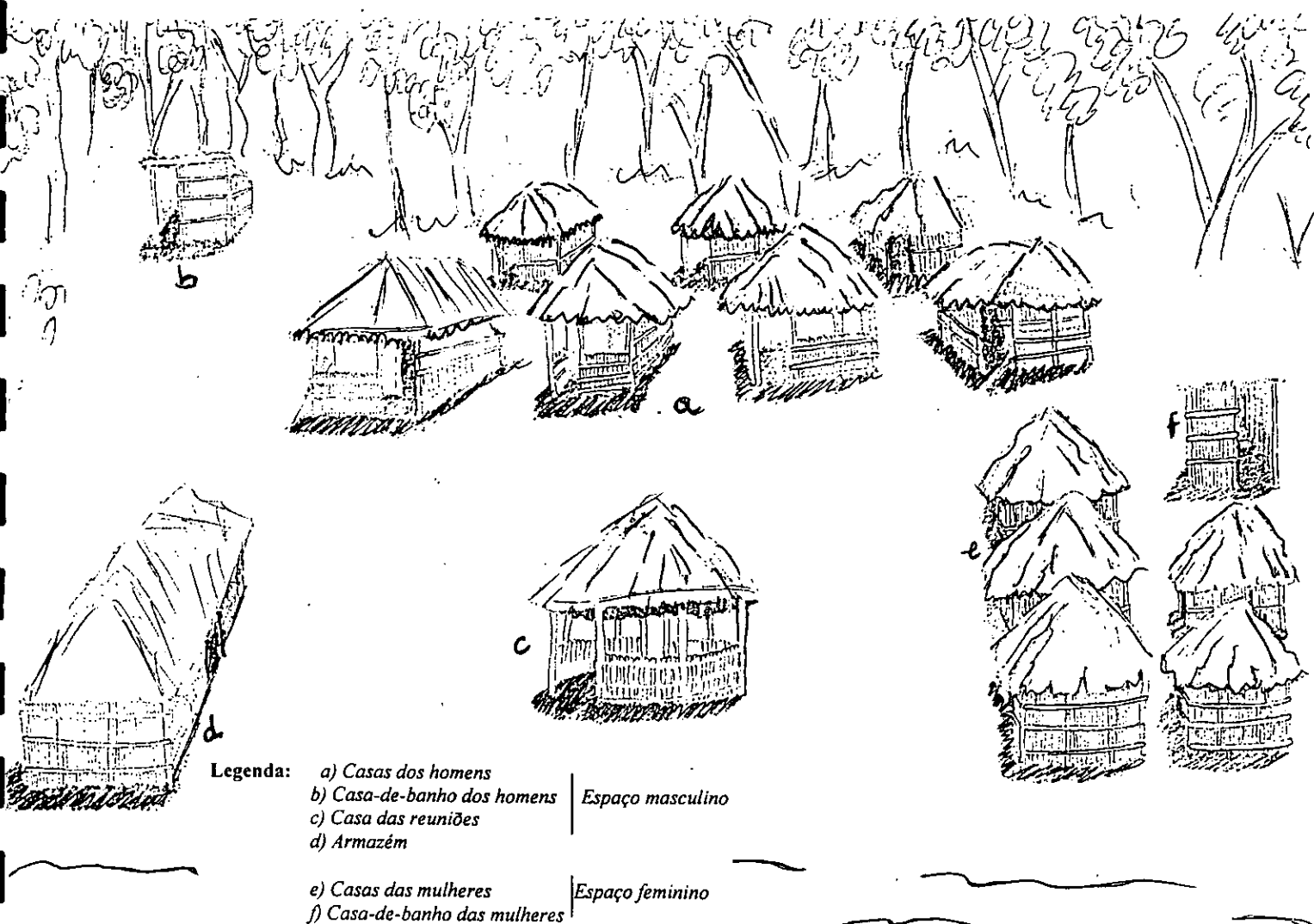
Existem apenas duas mulheres entre os trabalhadores permanentes, uma socorrista e uma capataz. Uma das justificações que se dá para o número reduzido de trabalhadoras permanentes nas brigadas, é o facto de elas não possuírem escolaridade suficiente para ocupar tais postos. Os trabalhadores eventuais são recrutados ao longo das zonas por

onde a estrada passa e em princípio têm contratos de três meses, mas há trabalhadores que permanecem por mais de um ano.

Durante os trabalhos na obra e para evitar atrasos, homens e mulheres vivem no acampamento que se localizam longe das zonas residenciais. Quinzenalmente os trabalhadores passam o fim de semana nas suas casas.

Um facto que chama atenção logo à entrada do acampamento é a distribuição espacial segundo critérios de sexo (vêr mapa 2).

Mapa 2. Distribuição do espaço no acampamento



- Legenda:**
- a) Casas dos homens
 - b) Casa-de-banho dos homens
 - c) Casa das reuniões
 - d) Armazém
- Espaço masculino**
-
- e) Casas das mulheres
 - f) Casa-de-banho das mulheres
- Espaço feminino**

As casas, pequenas palhotas, são feitas de estacas cortadas na mata que circunda o acampamento e cobertas de palha. Estas distribuem-se por hierarquias profissionais e de sexo, isto é, a melhor casa normalmente é a do chefe, neste caso, o encarregado da obra. As casas dos homens localizam-se na parte frontal do acampamento e próximas das casas dos técnicos hierarquicamente superiores (chefe da obra, fiscal, motoristas, tractoristas), as casas das mulheres localizam-se do lado direito do acampamento e no lado oposto localiza-se o armazém e o lugar de estacionamento das viaturas, fazendo uma espécie de “U” invertido. No centro está uma cabana em espécie de estrado, que serve para a realização de reuniões ou outros encontros, quando vem alguma visita da empresa, nesse centro, raras vezes se vêem mulheres, portanto, é um local essencialmente masculino. As casas de banho estão distribuídas mais ou menos da mesma maneira.

É normal as mulheres partilharem da mesma casa em grupos de três ou quatro, o que é raro entre os homens. A figura abaixo mostra uma parte de um acampamento, onde em primeiro plano se vêem as casas dos chefes e as dos homens.



Fig. 3: Vista parcial do acampamento de vaca (foto tirada em Novembro de 1999),

Esta distribuição sexuada do acampamento faz com que homens e mulheres circulem por lugares diferentes, apesar de durante o trabalho eles se misturarem.

Esta distribuição do espaço segundo o sexo, quanto a nós, demonstra a reprodução daquilo que acontece na esfera doméstica onde há separação do espaço masculino e feminino, mesmo que os trabalhadores (homens e mulheres) desempenhem as mesmas tarefas quando chegam ao acampamento cada um volta para o seu espaço "tradicional".

Num dia normal de trabalho, os trabalhadores acordam por volta das quatro horas, levam o seu instrumento de trabalho, a pá ou a enxada, e vão de tractor ou de camião até à obra. Lá encontram as metas já traçadas e começam a trabalhar. Consoante a divisão do trabalho na obra, um trabalhador com a categoria de servente pode estar no destroncamento, no corte de capim, na saibreira, na abertura de sanjas e valetas e no ensaibramento.

O fim do dia de trabalhos na obra normalmente situa-se entre as catorze e as quinze horas. Quando chegam ao acampamento, cada trabalhador preocupa-se em preparar a sua refeição. No caso das mulheres que levam as crianças para o acampamento, a pessoa que acompanha a criança, normalmente a filha mais velha, prepara a refeição. Depois do almoço, não há programas fixos, pode-se ir descansar ou conversar. Para as refeições, os trabalhadores juntam-se em grupos de duas ou mais pessoas (normalmente do mesmo sexo) para partilhar.

Aos fins de semana os trabalhadores organizam as refeições, compram alimentos para toda a semana, normalmente farinha e peixe seco. Aos domingos de manhã, como a maior parte dos trabalhadores professa a religião católica, dirigem-se à comunidade religiosa mais próxima.

6.6. Família como um grupo de trabalho

É necessário realçar a importância dos laços familiares quando o trabalhador é contratado. No caso concreto de uma mulher, ela não está só, a família transforma-se numa unidade de trabalho, é a ela que muitas vezes se recorre no desenvolvimento de estratégias sociais. Se não, vejamos o que acontece no caso de Margarida Ernesto, contratada com um filho pequeno. Ela conta-nos que enquanto trabalha, a criança fica sob os cuidados da filha mais velha à sombra de alguma árvore. De vez em quando, ela vai para junto delas amamentar. Como tem outros filhos em casa, estes estão sob o cuidado da mãe, portanto da avô das crianças. Na ausência dela o marido cuida da machamba, pois ele tinha dado o seu consentimento para ela trabalhar nas estradas.

Numa outra entrevista, uma cantoneira disse que ela não era contratada, mas que estava lá a fazer aquele trabalho em substituição da irmã que entretanto tinha levado o filho ao hospital. Este fenómeno não se verifica só com as mulheres, há homens que vão substituir um irmão ou amigo por este se encontrar doente, evitando assim o rompimento do contrato.

Em conversa com o chefe da Divisão de Estrada Terciárias, ele informou-nos que esta prática de substituição de trabalhadores por outros membros da família, era comum entre os trabalhadores, a fim de evitarem faltas cuja consequência é o desconto do salário no final do mês. Apesar dos esforços da empresa em explicar aos trabalhadores que não é permitida a substituição, porque em caso de acidentes de trabalho ou doença a empresa só se responsabiliza pela pessoa contratada, na prática os trabalhadores não respeitam esta regra.

A partir deste exemplo podemos ver que ao admitir-se uma mulher, não é só ela que está envolvida, mas a família toda. O marido que deixa as suas actividades normais para substituir a mulher na machamba, a filha mais velha que vai ao acampamento junto com a mãe para cuidar do irmão, a mãe que fica a cuidar dos outros filhos, a irmã que substitui a contratada em caso de doença desta ou do filho.

Aqui a família assume-se como uma instituição social fundamental, demonstrando assim ser uma instituição perfeitamente adaptável às situações, manipulável pelos indivíduos de forma a maximizar os seus potenciais em situações sociais de transformação e de adaptação.

Neste sentido, a família enquanto instituição social, adquire uma nova funcionalidade adequada ao seu novo papel no mercado do emprego. Assim, temos que partir de uma concepção da família como instituição social activa, não meramente determinada pela situação social em que vive mas que, face a esta, desenvolve estratégias próprias, resistindo a pressões externas e maximizando a sua posição perante os condicionalismos que enfrenta.

No contexto aqui descrito, a cooperação familiar é uma estratégia para a geração de rendimentos familiares. Como foi atrás referido, há mulheres que vão com os maridos pedir emprego na tentativa de serem os dois admitidos. Quando questionado, um destes homens disse *“viemos os dois tentar trabalho, se eu não conseguir ela consegue e isso é bom, porque queremos comprar uma bicicleta que nos vai a servir a todos”*.

A bicicleta costuma ser a primeira necessidade da maior parte dos homens²², o homem aceita que a mulher vá trabalhar porque ele espera tirar algum benefício. “Uma bicicleta beneficia a todos”, no transporte de doentes, como meio de fazer chegar notícias a lugares mais longínquos, para aumentar o prestígio e para facilitar a comercialização.

²² As bicicletas são o principal meio de transporte na província da Zambézia, daí que quando se questiona o que fazem com o salário, os trabalhadores têm a bicicleta como o primeiro bem a adquirir.

7. Problemática

Integração de mulheres no PRME: Ruptura ou Continuidade?

Para melhor delimitarmos a problemática que se levanta, a seguinte pergunta de partida serve de base para o nosso questionamento:

Que influências têm as práticas subjacentes à inclusão da componente de género no PRME, nas relações de género no contexto das comunidades?

O envolvimento de mulheres no PRME não é um processo pacífico. Ele tem-se deparado com grandes obstáculos: primeiro, porque os próprios implementadores do projecto não vêm como natural ou normal a inclusão de mulheres neste tipo de projectos, porque se considera este trabalho mais adequado para os homens; segundo, porque a própria comunidade acolheu com cepticismo o envolvimento de mulheres na construção de estradas, uma vez que o trabalho de mulheres fora da esfera doméstica não é ainda bem aceite.

Um exemplo desta não aceitação vem relatado na entrevista de Margarida que dizia: *"...no princípio quando eu comecei a trabalhar nas estradas as outras (mulheres) olhavam-me mal, porque aqui trabalha-se com muitos homens..."*²³

Este facto levou-nos a questionar se os benefícios económicos superam as desvantagens sociais que advêm destes contratos de trabalho. Quando falamos de desvantagens sociais fazemos referência, por exemplo, ao facto de esta ocupação ser considerada desprestigiante para as mulheres. Quando elas se deslocam para as brigadas, longe de casa para ir trabalhar junto dos homens, esse facto por vezes é mal interpretado pela família ou vizinhos.

O PMRE representa um desafio para as mulheres, por um lado, porque a nova divisão de trabalho está fora daquilo que constitui a norma e por outro, pelo facto de elas auferirem

²³ Esta informação foi-nos dada numa entrevista com Margarida Ernesto em Novembro de 1999

um salário igual ao dos homens, põe-nas numa situação de “independência” económica em relação a estes.

Podemos questionar se a integração de mulheres no PRME representa uma ruptura total com os seus papéis tradicionais, ou se elas acomodam as suas novas tarefas às tradicionais. Dada a natureza temporária destes contratos, de que forma se dá a reintegração destas mulheres na comunidade no fim dos trabalhos?

Há uma tentativa de enquadrar as mulheres com escolaridade básica em outras tarefas como os de encarregadas ou tractoristas, mas o número de mulheres com este nível é tão reduzido que limita o seu acesso.



Fig. 4: Uma tractorista formada localmente numa brigada em Gaza, (13 de Maio de 1999)

Assim, o baixo nível de escolaridade das mulheres, tem sido um forte argumento para justificar a fraca participação de mulheres em outras actividades, o que perpetua o domínio de homens nesta área.

Assim, o baixo nível de escolaridade das mulheres, tem sido um forte argumento para justificar a fraca participação de mulheres em outras actividades, o que perpetua o domínio de homens nesta área.

As teorias feministas tentam explicar a produção e reprodução dos mecanismos de dominação das mulheres em relação aos homens. O feminismo radical defende que é o lugar que as mulheres ocupam na estrutura familiar e as funções que desempenha que faz com que elas estejam relegadas à tarefas domésticas (Meena: 1992,75). É caso para questionar se a saída das mulheres da esfera doméstica altera o seu lugar na estrutura familiar, se esta poderá trazer mudanças na sua posição de subalternidade, onde as mulheres, tal como os homens, não vão precisar mais do consentimento dos seus maridos para trabalhar fora de casa.

Muitas vezes se diz que a participação das mulheres africanas em actividades sócio-económicas tem sido restringida por questões culturais, mas a Conferência Mundial sobre Alimentação, realizada em 1974, reconheceu a contribuição das mulheres, especialmente em África, na produção alimentar (Kabeer:1995, 3). A participação das mulheres na agricultura familiar e nas actividades domésticas não é equacionada como actividade sócio-económica. Mas esta conferência sublinhou o papel significativo das mulheres na produção de alimentos.


Ao desempenhar funções que tradicionalmente não são suas, as mulheres desempenham outros considerados masculinos. Apesar destas mudanças, as actividades das mulheres na esfera doméstica não diminuem. Para se alcançar um maior equilíbrio neste sentido, uma mudança nos papéis das mulheres deveria significar também uma alteração nos dos homens.

A ser verdade, a participação dos homens neste processo de mudanças seria de extrema importância, uma vez que as mudanças não dependem só da vontade das mulheres, dependem também da aceitação por parte dos homens dessas mudanças. A propósito das expectativas nos papéis de género, Omari (1996, 22) refere que muitas vezes os papéis que as pessoas desempenham a nível doméstico são o reflexo das expectativas da

sociedade ou da comunidade, por outras palavras, homens e mulheres agem de acordo com as expectativas que a sociedade tem.

A partir destas constatações pode-se dizer que, sendo a divisão social do trabalho a forma mais expressiva da cultura de uma sociedade, uma influência de factores externos, alguma mudança vão trazer, as mudanças daí decorrentes são assumidas de diversas maneiras. Pode ser uma ruptura, uma resistência ou acomodação.

No caso em análise, a construção das novas relações não significa necessariamente o abandono das antigas práticas, elas são ajustadas como estratégia de vida e actuam de forma inovadora.



Queremos com isso dizer que não há um processo de ruptura com a estrutura anterior, há sim, uma espécie de acomodação das novas práticas às antigas. Por exemplo, aos homens quando lhes é perguntado o que acham de trabalhar com mulheres, eles dizem que é importante a participação das mulheres em todo tipo de trabalhos, mas logo a seguir afirmam que não deixariam as suas mulheres trabalhar nas estradas. Esta atitude demonstra que os homens não estão preparados para reconhecer os novos papéis das mulheres.

Outro facto constatado é que a família constitui um elemento chave no desenvolvimento de estratégias de vida neste contexto social. O parentesco, e as relações de solidariedade que daí decorrem, permitem a efectivação do processo de adaptação em relação às novas funções das mulheres. Podemos afirmar que a complexidade de interações neste processo, leva homens e mulheres a tomar uma posição estratégica em relação à divisão do trabalho.

8. Hipóteses

O presente trabalho tem como ponto de partida as seguintes hipóteses: a primeira é que, as novas relações de género, na esfera laboral, não desestruturam a divisão sexual de trabalho já existente. Numa primeira fase, partiamos do princípio de que as novas

formas de organização de trabalho podiam desestruturar a organização social e estruturar um novo tipo de relações. Mas as nossas observações levam-nos a constatar que não há um processo de ruptura em relação às formas de divisão de trabalho já existente.

Poder-se-ia pensar que, se um homem casado concorda em substituir a mulher, durante o tempo em que estiver a trabalhar nas estradas, é porque ele aceita o seu novo papel. Estando ela a desempenhar um novo papel com outras funções, há uma mudança nos papéis domésticos, uma vez que, ausente, ela não poderia desempenhar em pleno o seu papel de dona de casa. Papel este que de alguma maneira passaria a ser assumido pelo marido. Mas no exemplo atrás descrito vimos que tanto as mulheres como os homens assumem os novos papéis temporariamente.

A segunda hipótese é que há uma relação entre a aceitação dos novos papéis e a procura de estratégias de vida para resolver problemas situacionais. A adopção de novas práticas não implica a rejeição das anteriores. Muitas vezes, a aceitação destas é estratégica, porque constatamos que, para algumas das mulheres casadas, os maridos autorizam que elas trabalhem na condição de o salário servir os interesses dos dois, tendo ele um controlo, mesmo que indirecto, na aplicação do dinheiro. Algumas das nossas entrevistadas afirmaram, por exemplo, que com o dinheiro do vencimento iriam comprar uma bicicleta para o marido.

Uma cantoneira entrevistada²⁴ informou-nos que vive com o seu marido e trabalha na ECMEP há seis meses, o marido não conseguiu trabalho porque só havia vagas para mulheres, com o seu primeiro vencimento comprou uma bicicleta, agora todas as manhãs o marido vem acompanhá-la ao serviço, de vez em quando ele vem ajudá-la na meta diária que é de 2Km. No fim do mês ela tira 200.000Mt (cerca de metade do seu vencimento) para dar ao marido.

Para os trabalhadores, o tipo de relações que se estabelecem nas brigadas de uso intensivo de mão-de-obra pode ser visto como algo temporário. Eles assumem aquele tipo de relações para resolver uma necessidade imediata, a falta de dinheiro, mas quando

voltam a casa mantém-se a tradição, permanecendo assim as duas formas de divisão de trabalho, sendo uma para a esfera laboral outra para a doméstica.

9. Metodologia

Por último propomos aqui uma metodologia que irá guiar a continuidade do estudo. Tomando como base as hipóteses aqui levantadas e para se alcançarem os objectivos desejados, propomos uma pesquisa do tipo “antes/depois” e “mulheres trabalhadoras/mulheres não trabalhadoras”, isto é, observar e entrevistar mulheres no início do contrato e, depois de três meses - o tempo mínimo que dura um contrato para trabalhadores eventuais de mão-de-obra intensiva - entrevistar as mesmas mulheres e observar o seu comportamento tanto no seu local de trabalho, como no seu local de residência. Este processo permitirá obter um quadro da estrutura e práticas sociais em que as trabalhadoras estão inseridas e a realidade social que se pretende analisar, tanto no local de trabalho, como na esfera doméstica.

Para além das mulheres contratadas, serão entrevistadas outras mulheres residentes nas suas zonas de proveniência, com o fim de analisar se as mudanças que eventualmente poderão ocorrer se vão dever ao facto de elas trabalharem na construção de estradas, ou se houve outros factores que influenciaram as mesmas.

As entrevistas com homens serão agrupadas em três categorias. O primeiro grupo de homens que trabalha nas estradas e que têm as suas mulheres em casa. O segundo grupo de homens, que estejam a trabalhar com as respectivas mulheres nas estrada. O terceiro grupo, o dos maridos das mulheres trabalhadoras, estando eles desempregados. Esta divisão permitirá colher as diferentes percepções dos homens em relação à participação das mulheres nas estradas.

As entrevistas semi-estruturadas permitirão levantar questões pontuais, afim de se obter um tipo específico de informações, mas ao mesmo tempo irão possibilitar que o entrevistado tenha espaço para dar mais informações.

²⁴ Entrevista com Rita Macali, 31.10.200

Para a obtenção de dados, a observação participante será a técnica privilegiada, porque permitirá a obtenção da imagem do quotidiano das mulheres, a observação participante no trabalho de campo visa por um lado construir o documento e por outro, acumular a informação sobre o grupo social no sentido de contextualizar melhor o seu comportamento (Iturra 1996:152).

Esta técnica tem a particularidade de pôr em contacto o investigador e a realidade, registar as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer. Os acontecimentos permitem que o investigador participe no quotidiano dos contextos e das pessoas.

A observação das mulheres no seu local de trabalho e no meio familiar, representará uma experiência esclarecedora, para se chegar a uma avaliação dos fenómenos sócio-culturais dentro deste contexto.

Por esta ser uma população pouco aberta à perguntas directas, como foi constatado nas entrevistas exploratórias, as trajectórias de vida servirão para obter as informações que normalmente não se conseguem numa entrevista.

A articulação destas três técnicas permitirá a obtenção de informações que serão complementares umas das outras. Aliás, há autores que recomendam o cruzamento de várias técnicas na obtenção de dados. Por exemplo, Costa (1986:132) afirma que não é incomum que técnicas nucleares de pesquisa de terreno se associem a outras técnicas, no sentido de que um método é uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha de dados e análise da informação.

Este método apresenta limitações, uma vez que requer que o investigador permaneça no terreno durante muito tempo, contudo, com base na experiência do trabalho exploratório, é o que apresenta maiores possibilidades de obtenção de dados fiéis.

Este trabalho, não tem a pretensão de ser uma apreciação definitiva das transformações que se operam nas relações de género num programa de desenvolvimento comunitário. No entanto, procura dar a sua contribuição em relação aos aspectos a ter em conta sobre a influência práticas externas na estrutura dos grupos sociais.

10. BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Principal:

AKESSON, Gunilla. 1995. Um Estudo sobre o Impacto Sócio-económico do Programa de Reabilitação de Estradas Distritais. Relatório da fase I do estudo no distrito de Mecuburi, Nampula. DNEP/ASDI, (Dactilografado)

ALMEIDA, Ana Nunes de. 1985. Trabalho Feminino e Estratégias Familiares. In *Análise Social*, Vol. XXI (85). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pp. 7-43

AMÂNCIO, Lígia. 1992. As Assimetrias nas Representações do Género. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 34, Fevereiro. Pp. 9-22

ARDOVINI-BROOKER, Joane. 2000. Feminist Epistemology: A Reconstruction and Integration of Women's For Women. In: *AWL Journal*, Volume 2, Number 2. International Business and Career Community News, Network & Strategy For Women. pp.1-6

ARTHUR, Maria José. 2000. Políticas da Desigualdade? Primeiros Elementos para uma Avaliação das Políticas e Programas de Género do Governo e ONGs Após Beijing, 1995-1999. Relatório Final. Maputo: Fórum Mulher

CASIMIRO, Isabel Maria. 1997. "Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis". In *Para uma Sociologia dos Processos de Desqualificação do Outro e das suas Práticas*. 4º curso aberto. Maputo. UEM/CEA (Dactilografado)

CASIMIRO, Isabel. LOFORTE, Ana. PESSOA, Ana. 1991. *Women in Moçambique*. Maputo: CEA/UEM. (Dactilografado)

Da COSTA, A. Firmino. 1986. "A Pesquisa de Terreno em Sociologia" in SILVA, A. Santos. PINTO, J. Madureira (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. Pp. 129/148

DROY, Isabelle. 1990. *Femmes et Development Rurale*. Paris: Ed. Karthala

DURKHEIM, Emile. 1989. "A Divisão do Trabalho Social" In Cruz, M. Braga (Org.). *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 299/323

FLAHERTY, Joseph. RICHMAN Judith. 1989. Gender Differences in the Perception and Utilization of Social Support: Theoretical Perspectives and an Empirical Test. *Social Science & Medicine*. Vol.28. nº12. Great Britain. Pp. 1221/8

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Edições Graal. 12ª Edição

- GACHAGO, Miriam. KAMMINGA, Evelin. NDEWA, Dominic. 1996. Gender Impact Assessment Study, Minor Roads Programme: Kwale District. Nairobi (Dactilografado)
- GOUYER, Jane. 1980. Food, Cocoa and the Division of Labour by Sex in Two West African Societies. Boston University. Society for Comparative Study and History. Pp. 355-373
- HEILBORN, Maria Luiza. 1990. Género e Condição Feminina: Uma Abordagem Antropológica. In Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF. Pp. 23-37
- IMAN, Ayesha M. 1997. Pondo género nas Ciências Sociais Africanas: Um Ensaio introdutório. In: IMAN, Ayesha; MAMA, Amina; SOW, Fatou (eds.) Engendering African Social Sciences. Dakar: CODERSIA. (dactilografado)
- ITURA, Raúl. 1986. "Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia" In: SILVA, A. Santos. PINTO, J. Madureira (orgs.). Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento. pp. 149-163
- KABEER, Naila. 1995. Reversed Realities, Gender Hierarchy in Development Thought. London - New York: Verso
- KITTELSEN, Tove Cecilie. 1997. Equal Acces? On Womens and Girls, Employment and Education in Lugela and Namairroi Districts. Maputo: IBIS/ZI (Dactilografado)
- LOFORTE, Ana Maria. 2000. Género e Poder Entre os Tsonga de Moçambique. Maputo: Promédia
- LOFORTE, Ana Maria & ARTHUR, Maria José (Eds). 1998. Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde. Maputo: DAA./UEM
- MANNATHOKO, Changu. 1992. "Feminist Theories and the Study of Gender Issues in Southern Africa". In: MEENA, Ruth (ed.). Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues. Harare: SAPES Trust. Pp. 71-91
- MEDEIROS, Eduardo. 1985. O Sistema Linhageiro Macua-Lómuè. Maputo: UEM/FL (dactilografado)
- MEENA, Ruth (ed.). 1992. Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues. Harare: SAPES Trust. Pp.71-91
- MEENA, Ruth. 1988. The effect of Rural Integrated Programmes on Womens workload in the Agricultural Sector: The Case of Kilimanjaro Rural Electrical Programme. Research Report. Presented to WRDP seminars. Report nº. 3.
- MEILLASSOUX, Claude. 1977. Mulheres, Celeiros & Capitais. Porto: Ed. Afrontamento
- MOORE, H. 1999. Antropología y Feminismo. Madrid: Ediciones Cátedra.

MORGAN, Sandra. 1989. Gender and Anthropology: Critical Reviews for Research and Teaching. Washington. American Anthropological Association

MOUTINHO, Mário. Introdução à Etnologia. Imprensa Universitária. Editorial Estampa.

MZUMARA, John C. 1994. The Role of Gender in Road Construction, Rehabilitation and Maintenance and the Impact of labour Intensive Methods on Woman and Men. Road Maintenance Assistance to the Roads Department. Lusaka (dactilografado)

NEGRÃO, JOSÉ. 1998. "Homens e Mulheres na Agricultura" In LOFORTE, Ana Maria & ARTHUR, Maria José (Eds). Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde. Maputo: DAA/UEM

OMARI, C. K. 1996. Conceptualizing Gender Relations. In Gender Relations and Women's Images in the Média. Mbilinyi, D.A.S. & Omari, C.K. (Eds). Dar Es Salaam: University Press. Pp. 17-31

OYËWUMI, OYÈRÓNKÉ. 1997. The Invention of Women - Making an African Sense of Western Gender Discourses. "Visualizing The Body: Western Theories and African Subjects. Minneapolis: University of Minnesota Press. Pp. 1-30

PARPART, Jane L. 1996. Deconstructing the Development Expert: Gender, Development and the "Vulnerable Groups". In: Feminism Post Development. Marchand, M. & Parpart, J. (Eds). London: Knowledge

PEQUENINO, Fernando. 1995. Estrutura Social entre os Lomués do Posto Administrativo de Mugeba, Distrito de Mocuba, Província da zambézia, C. 1900-1995. (Tese de licenciatura). Vol. I e II. Maputo: UEM/FL

RICHARD, Anker et al. 1988. Womans participation in the labour Force: A Methods in India for Improving its Mesurments. Woman Work and Development. Geneva: International Labour Office

SCHEINMAN, David. 1989. Female Participation in the Rural Maintenance Project: The Impact of the Impleyment on the Lives of Participating Women. Dar-es-salam: NORAD

SCOTT, Joan Wallach. 1988. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press

SILVA, Terezinha da. MAMAN, Amida. 1996. Participação da Mulher no Programa de Reabilitação e Manutenção de Estradas Rurais em Moçambique. Maputo: Fórum Mulher/ PNUD/DNEP

SILVA, Terezinha da. 1997. Género e Cultura em Moçambique, Maputo: UNESCO (dactilografado)

WEBER, Max. 1989. "Tipos de Dominação". In: Cruz, M. Braga (Org.). Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 299/323

WIJK, Christine Van & FRANCIS, Jennifer. 1997. Global Trends in Gender and Demand Responsive Water Supply, Sanitation and Hygiene. Regional Workshop on Womens Participation in Water Management. Pretoria: UNESCO. Pp. 1-8

Bibliografia Geral:

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. 1996. Metodologia Científica. 4ª. Edição. São Paulo: Makror Books/Brasil Editora

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1971. La Femmes das les Sociétés Primitives et Autres Essais d'Antropologie Social. Paris: Presses Universitaires de France. Pp. 30-50

FERREIRA, Virgínia. 1981. Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. n.º.6. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. pp. 47-71

GHIGLIONE, Rodolphe. MATALON, Benjamin. 1993. O Inquirido: Teoria e Prática. "Como Inquirir? As Entrevistas". Oeiras: Celta Editora. Pp. 69-114

HUHN, Annette & WOLPE, Ann Marie (eds.) 1978. Feminism and Materialism: Women and Modes of Production. London: Routledge

LOFORTE, Ana Maria & ARTHUR, Maria José. 1995. Famílias em Contexto de Mudança. Maputo: CEA/FL (dactilografado)

STICHTER, Sharan. PAPART, Jane. 1998. Patriarch and Class: African Woman in the Home and the Workforce. Westview Press

Outros Documentos:

DER/ANE. 1999. Breve Historial do Sector de Estradas Terciárias, Relatório Apresentado ao CAA. ANE. Maputo

Hunter College (obra colectiva). Woman's Studies Collective. Women's Realities, Woman's Choices. An Introduction to Woman's Studies. New York: Oxford Universities Press. pp 480-607 (sem data)

MOPH, 1996. Estradas em Moçambique: Condições das Estradas Públicas. Maputo

MOPH, 1998. Programa do Governo pós-Beijing: Plano de Actividades Sectorial. Maputo

PNUD/ACNUR. 1997. Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Alto-Molocué. Província da Zambézia. Maputo

Abreviaturas

ANE - Administração Nacional de Estradas

ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional

BM - Banco Mundial

BUIMO's - Brigadas de Uso Intensivo de Mão-de-obra

CEE - Comunidade Económica Europeia

DNEP - Direcção Nacional de Estradas e Pontes

ECMEP - Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes

EN - Estrada Nacional

FRP - Feeder Road Program (PRME)

GTZ - Cooperação Técnica Alemã

MOPH - Ministério de Obras Públicas e Habitação

NORAD - Agência Noroeguesa para o Desenvolvimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMA - Programa Mundial de Alimentação,

PRME - Programa de Reabilitação e Manutenção de Estradas

Lista dos entrevistados:

Armando Mazironjo - Director da ECMEP

Walter de Almeida - Chefe do DET

Alberto - Mambo da zona de Vacha

Fernando Sulemane - Encarregado da obra

Maria da Encarnação - Socorrista

Delfina Leonardo - Capataz

Minjurda da Silva - Cantoneira

Abiba Dramusse

Adelina Alberto

Adriana Victor

Alina Avelino

Alina Mateus

Amélia Leandro

Amina Martinho

Ana Maria António

Anastácia Pires

Angelina Vicente

Brito Barroso

Cecília Alfredo

Cecília Ernesto

Celestina Guilherme

Celestina Manuel

Celestina Pesro

Celinda Albino

Clarícia Sebastião

Cristina Raisonni

Elisa António

Fanita de Almeida

Felícia Albino

Florinda Adelino

Florinda Panguete

Francisco Madeira

Genita Fernando

Gilda Lourenço

Gilda Paulino

Graciana Silimão

Helena Sebastião

Hermelinda Vicente

Henriqueta Augusto

Inocência António

Josefina Bernardo

Julieta António

Julieta Antóninho

Justina Acácio

Lucia Luís

Lucinda Celestino

Luísa Ali Mucapera

Luísa Tesamo

Margarida Ernesto

Maria da Graça

Maria da Glória

Maria Madeira

Maria Tenente

Marília dos Santos

Olinda Martinho

Olívia João

Rita Macali

Rosa Murembwani

Verónica Vicente

Victória Ofélia